

# Emissão de peso na Amazônia

Categories : [Copenhague](#)

Da Amazônia foram lançadas na atmosfera uma média de 800 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) por ano entre 1998 e 2008, apenas com desmatamento. A margem de erro é de 15%, para cima e para baixo. A taxa chega perto ao crescimento das emissões dos Estados Unidos entre 1990 e 2007 - 830 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente - conforme dados das Nações Unidas ([ver aqui](#)). As emissões globais de CO<sub>2</sub>, juntando as “mudanças no uso da terra”, como desmatamento e agricultura, com a queima de combustíveis fósseis é de 32 bilhões de toneladas anuais.

Isso posiciona a contribuição do bioma entre 1,1% e 1,9% das emissões globais e representa entre 16% e 20% das emissões brasileiras de todos os setores, em 2008. As estimativas foram apresentadas hoje pelo [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais \(Inpe\)](#), em Brasília. Pará, Mato Grosso e Rondônia, estados campeões de desmatamento neste período, são as unidades da Federação que mais contribuíram com as emissões brasileiras.

Para que o Brasil atinja sua meta de chegar em 2020 com um corte nacional de até 40% nas emissões, a contribuição anual da Amazônia deverá passar dos 800 milhões de toneladas anuais de CO<sub>2</sub> medidas naquela década para 200 milhões de toneladas anuais. A taxa de sete mil quilômetros quadrados desmatados entre 2007 e este ano passado é importante, mas é preciso manter as derrubadas sob controle, mesmo com crescimento da economia. Anos eleitorais, como o que chega, registram picos históricos de desflorestamento.

O trabalho realizado em dois meses sob a batuta da pesquisadora Ana Paula Dutra de Aguiar (Inpe) estimou em 210 toneladas por hectare a biomassa das áreas desmatadas na região. Cerca da metade desse material se transforma em CO<sub>2</sub>. Outras áreas da Amazônia são ainda mais ricas em biomassa, informou a especialista.

O levantamento também mostra que um quarto da área desmatada ganha novo verde com o crescimento da chamada “vegetação secundária”. No Pará, Mato Grosso e Rondônia a área regenerada somada chegaria ao tamanho do estado do Rio de Janeiro. No entanto, metade desta nova floresta é novamente derrubada. “Não se pode contar de novo essas emissões, se não inflacionaríamos a conta nacional”, disse Jean Pierre Ometto, do Inpe. Ele também alertou que o Cerrado é grande contribuinte para as emissões brasileiras, mesmo com o crescimento da fatia verificada em outros setores, como indústria.

Por isso, quando o monitoramento sobre desmatamentos chegar a todos os outros biomas - no Cerrado começou há cerca de um ano - será possível apontar com mais precisão as emissões brasileiras por perdas de vegetação nativa. Por enquanto, é feito com base em mapas não oficiais e grande dose de estimativas. “O que não aparece não quer dizer que não exista”, lembrou José Marengo,

do Inpe.

## **Novo inventário**

Na apresentação dos dados, Sérgio Rezende, ministro de Ciência e Tecnologia, disse que 70% do trabalho para o novo inventário nacional de emissões está concluído e já serve de base para as metas brasileiras que serão apresentadas em Copenhague. “Estamos mais otimistas agora do que há um mês sobre os resultados de Copenhague. Pela mobilização de outros países e porque o Brasil está fazendo essa ponte entre países desenvolvidos e em desenvolvimento”, comentou o ministro Carlos Minc.

Ainda segundo ele, o inventário começou a ser trabalhado de forma expressa há dois meses e abarcará emissões de todos os setores até 2005. Uma primeira versão deve ser lançada no início do ano que vem, com versão definitiva no segundo semestre. As metas nacionais devem ser aprovadas no Congresso, como lei. “Dados de alguns biomas ainda não são levados em conta com a devida precisão”, comentou.

Também foi instalado hoje o painel brasileiro de cientistas sobre mudanças do clima, primeiro do tipo criado em um país em desenvolvimento. A direção ficou por conta de Carlos Nobre (Inpe) e Suzana Kahn, secretária do Ministério do Meio Ambiente, ambos ligados ao painel das Nações Unidas sobre alterações climáticas, o IPCC. O grupo tem representantes de órgãos de governo e academia. Seu trabalho não será remunerado, mas recursos virão dos ministérios da Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente para viabilizar suas reuniões.

De acordo com Carlos Nobre (Inpe), o painel movimentará a comunidade científica brasileira para produzir e publicar novas e melhores informações sobre as mudanças do clima, com dedicação especial à adaptação a seus efeitos. “Passamos do ponto para evitar aumento de temperatura”, ressaltou.

Segundo Suzana Kahn, o Brasil é carente em literatura científica sobre mudanças do clima e, com o funcionamento do painel, será possível até influenciar os próximos relatórios do IPCC, inserindo visões regionais sobre efeitos e combate aos destemperos climáticos no documento. “Quanto mais conhecimento tivermos sobre vulnerabilidade, mitigação e formas de adaptação, mais influenciaremos os relatórios e melhor desenharemos políticas públicas. Além de colocar o Brasil em melhor posição no cenário internacional”, disse.

### **Saiba mais:**

[O polêmico carbono da floresta](#)

[O desafio é continuar](#)

[O mais baixo desmatamento da história](#)

**Biblioteca**

[Inventário preliminar das emissões brasileiras](#)